



AVISO 21

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE

JUNHO 2016



APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS AO
FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

PLANO NACIONAL DE AÇÃO PARA A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
FUNDO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA



Índice

1	Fundo de Eficiência Energética	2
2	Aviso 21 – Administração Pública Eficiente	2
2.1	Entidades Beneficiárias	2
2.2	Duração do Projeto	3
2.3	Dotação Orçamental	3
2.4	Medidas Elegíveis	4
2.5	Financiamento dos projetos	4
2.6	Formalização das candidaturas	5
2.7	Prazo para apresentação de candidaturas	5
3	Avaliação do Mérito do Projeto	6
4	ANEXO A	7

1 Fundo de Eficiência Energética

O presente Aviso do **Fundo de Eficiência Energética** (doravante FEE), denominado de «**AVISO 21 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE 2016**», prevê a possibilidade de financiamento de candidaturas para a implementação de medidas que promovam a eficiência energética, identificados no artigo 4.º do Regulamento de Gestão do FEE, aprovado pela Portaria n.º 26/2011, de 10 de janeiro.

Com objetivo de reduzir o consumo de energia do edificado da Administração Pública, contribuindo desta forma para a redução da despesa pública, o **AVISO 21** pretende contribuir para a promoção do uso racional de energia alinhando com as metas definidas **Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética** (doravante PNAEE) que tem como objetivo alcançar um nível de eficiência energética de 30% nos organismos e serviços da Administração Pública até 2020, através da implementação do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 68-A/2015, de 30 de abril e do Programa de Eficiência Energética na Administração Pública "Eco.AP".

Neste contexto, são suscetíveis de financiamento no presente Aviso quaisquer medidas de eficiência energética que conduzam à melhoria do desempenho energético de edifícios e infraestruturas existentes, do setor do Estado, que contribuam para o alcance das metas previstas no PNAEE para o ano de 2016 e 2020 no que diz respeito ao Setor do Estado.

2 Aviso 21 – Administração Pública Eficiente

2.1 Entidades Beneficiárias

- 2.1.1 Podem apresentar candidaturas ao abrigo do presente Aviso todas as entidades da Administração Pública (CAE 84), isto é, a Administração Direta, a Administração Indireta e a Administração Autónoma do Estado.
- 2.1.2 «**Beneficiário A**»: são elegíveis como beneficiários do incentivo a atribuir no âmbito do FEE as entidades e serviços da Administração Direta e Indireta do Estado e da Administração Regional, incluindo as dos respetivos setores empresariais e outras pessoas coletivas de direito público que não sejam elegíveis como "Beneficiário B".

- 2.1.3 **«Beneficiário B»:** são elegíveis como beneficiários do incentivo a atribuir no âmbito do FEE as entidades e serviços da Administração Local, incluindo as do setor empresarial local em que as autarquias locais exerçam influência dominante e outras pessoas coletivas públicas detidas a 100% por municípios.
- 2.1.4 Todas as entidades deverão ter um Gestor Local de Energia (GLE) designado nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2011, de 12 de janeiro, sendo que a data da sua designação e a respetiva comunicação à Direção Executiva do PNAEE deverão ser anteriores à data de submissão da candidatura.

2.2 Duração do Projeto

As candidaturas no âmbito do concurso devem prever uma duração máxima de 12 (doze) meses entre a data de assinatura do contrato de financiamento (celebrado entre o FEE e o beneficiário) e a data de apresentação do pedido de pagamento do projeto.

2.3 Dotação Orçamental

- 2.3.1 A dotação orçamental máxima a atribuir à totalidade dos projetos enquadrados no âmbito do presente Aviso é de **€ 1.500.000** (um milhão e quinhentos mil euros), dividida entre:
- **Beneficiário A** - € 500.000 (quinhentos mil euros);
 - **Beneficiário B** - € 1.000.000 (um milhão de euros).
- 2.3.2 A verba prevista e não esgotada numa das tipologias de beneficiário do Aviso poderá reforçar a dotação da outra.

2.4 Medidas Elegíveis

- 2.4.1 São elegíveis todos os projetos que conduzam ao aumento da eficiência energética por via da otimização energética e da introdução de novas tecnologias de gestão da energia em edifícios, sendo o objetivo do Aviso promover a diversificação de vários projetos por candidatura.
- 2.4.2 São elegíveis os investimentos que visem a implementação em edifícios existentes, ocupados por entidades públicas, de soluções que promovam a melhoria do desempenho energético, através da substituição dos equipamentos existentes por outros mais eficientes, ou através da implementação de dispositivos de controlo que permitam otimizar as condições de uso e consumo de energia, que no seu conjunto apresentem um período de retorno simples inferior a 8 anos.

2.5 Financiamento dos projetos

- 2.5.1 A comparticipação, por candidatura, de despesas do FEE é de 80% das despesas totais elegíveis, até ao limite máximo de € 80.000 (oitenta mil euros).
- 2.5.2 O número de candidaturas a aprovar por beneficiário está limitado a um incentivo máximo de 20% da dotação orçamental do presente Aviso. Caso o número de candidaturas aprovadas não esgote a verba disponível, serão consideradas, para efeitos de aprovação, todas as candidaturas do mesmo beneficiário até aos limites estabelecidos no ponto 2.5.1, e de acordo com a hierarquização das pontuações obtidas.
- 2.5.3 Para cada candidatura aprovada e classificada em último lugar na hierarquização será atribuído um valor de comparticipação, tendo em conta a dotação disponível e até aos limites estabelecidos no ponto 2.5.1.

- 2.5.4 O financiamento dos projetos assume a forma de subsídio não reembolsável.
- 2.5.5 Para efeitos de atribuição de incentivos, caso se verifique com a implementação do projeto alterações das despesas elegíveis face às previstas no respetivo processo de candidatura, tal não implicará o acréscimo do montante total do apoio a conceder pelo FEE, podendo no entanto delas resultar uma redução do montante total concedido.

2.6 Formalização das candidaturas

- 2.6.1 As candidaturas são apresentadas ao FEE através do portal eletrónico do PNAEE <http://www.pnaee.pt/fee/candidaturas2016>, onde são submetidos todos os documentos solicitados no presente Aviso FEE e no Regulamento de Submissão de Candidaturas, disponível em <http://www.pnaee.pt/avisos-fee/aviso-21>, devidamente preenchidos.

2.7 Prazo para apresentação de candidaturas

- 2.7.1 O período de submissão de candidaturas é de 4 meses a contar da data de publicação do presente Aviso.
- 2.7.2 A data e hora de entrada das candidaturas são as do registo que comprova a submissão do formulário na plataforma eletrónica do PNAEE.
- 2.7.3 A Comissão Executiva do PNAEE poderá prolongar o período de submissão de candidaturas, em casos devidamente justificados, sendo tal prolongamento devidamente comunicado em <http://www.pnaee.pt/avisos-fee/aviso-21>.
- 2.7.4 A Comissão Executiva do PNAEE reserva-se o direito de dar por concluído este Aviso em qualquer momento.

3 Avaliação do Mérito do Projeto

- 3.1. As candidaturas que reúnam as condições de acesso serão analisadas, avaliadas e graduadas pela direção executiva do PNAEE, por via de uma avaliação de Mérito do Projeto (MP) onde serão contabilizadas todas as medidas de eficiência energética preconizadas no âmbito das mesmas. A decisão para a aprovação das candidaturas resulta da hierarquização da pontuação obtida no MP. Em caso de igualdade, a respetiva hierarquia será dada pela ordem de entrada da submissão da candidatura ao Aviso, comprovada pela respetiva data de registo da plataforma de submissão de candidaturas do FEE.
- 3.2. O MP é determinado em função de dois critérios de seleção – Qualidade, Coerência e Razoabilidade do projeto (A) e Contributo para os objetivos PNAEE (B).
- 3.2.1. O MP é majorado em 10% por cada medida de eficiência energética apresentada de tecnologia diferente na candidatura submetida pelo candidato a beneficiário.
- 3.2.2. O MP será avaliado de acordo com a fórmula de cálculo **«MP = 0,5 x A + 0,5 x B»**, sendo aplicadas as seguintes ponderações dos critérios e subcritérios de seleção tendo sempre em consideração os objetivos e metas definidos no PNAEE:

Critérios/Subcritérios

A. Qualidade da Operação

A1 Abrangência da operação

A2 Qualidade técnica da operação

B. Contributo para os objetivos PNAEE

- 3.2.3. As pontuações dos critérios, referidos no ponto anterior, são atribuídas numa escala compreendida entre 0 (zero) e 3 (três), sendo a pontuação final do mérito estabelecida com relevância até às duas casas decimais.
- 3.2.4. Para efeitos de seleção, serão hierarquizados os projetos que obtenham pontuação total superior a 1 (um). Caso algum dos projetos apresente uma pontuação de 0 em algum dos subcritérios será automaticamente excluído.
- 3.2.5. A metodologia de avaliação das operações é apresentada no Anexo A.

4 ANEXO A

4.1. A pontuação a atribuir para cada critério do MP será em função das seguintes classificações:

4.1.1. Critério A – Qualidade da operação

$$A = 0,4 \times A.1 + 0,6 \times A.2$$

4.1.1.1. Subcritério A.1 - Abrangência da operação

$$A.1 = 0,75 \times A1.1 + 0,25 \times A1.2$$

Neste subcritério será valorizada a abrangência da operação, visando valorizar as entidades cujo consumo anual de energia no edifício seja igual ou inferior a 2,5 GWh, e que por essa via terão uma menor probabilidade de celebrar contratos de gestão de eficiência energética, bem como as entidades que detêm PAEE¹ à data de apresentação da candidatura, e cuja medida proposta pelo candidato esteja identificada:

Subcritério A.1.1

Escalões de consumo de energia [GWh/ano]	Pontuação (pontos)
$0 < \text{consumo} \leq 0,5$	3
$0,5 < \text{consumo} \leq 1,0$	2,5
$1,0 < \text{consumo} \leq 1,5$	2
$1,5 < \text{consumo} \leq 2,5$	1,5
$\text{consumo} > 2,5$	1

Subcritério A.1.2

Planos de Ação de Eficiência Energética	Pontuação (pontos)
Entidade com PAEE à data de submissão de candidatura	3
Entidade sem PAEE	1

4.1.1.2. Subcritério A.2 – Desempenho da solução

No desempenho das soluções serão valorizadas as operações cujas soluções propostas sejam tecnicamente mais ajustadas e, assim, potencialmente conduzam a maiores valores de poupanças

¹ São considerados válidos PAEE estruturados de acordo com as referências presentes no portal oficial do Programa Eco.AP - Perguntas e Respostas Frequentes-Planos de Ação de Eficiência Energética (<http://ecoap.adene.pt/planos-de-accao-de-eficiencia-energetica>), conforme aplicável, devendo para efeitos de avaliação o mesmo ser submetido com a restante documentação que instrui o processo de candidatura.

de energia (em custo e consumos evitados), através de projetos consolidados e devidamente estruturados.

A este subcritério será aplicada a seguinte pontuação relativa:

$$A.2 = 3 \times RCE$$

RCE: corresponde ao quociente entre a redução estimada dos custos anuais com energia (associada às intervenções propostas) e os custos anuais atuais com energia do edifício em causa.

Para efeitos do presente subcritério, a candidatura deve justificar devidamente as estimativas das poupanças de energia obtidas (em consumo evitado), bem como utilizar o referencial do consumo de energia faturado nos últimos 12 meses, o número anual de horas de funcionamento dos equipamentos e o custo unitário de energia considerados para efeitos de cálculo.

4.1.2. Critério B – Contributo para os objetivos do PNAEE

O contributo para os objetivos do PNAEE (critério B) é avaliado pela relação custo-benefício apurada através do quociente entre investimento previsto e o valor económico da energia poupada. Neste critério será aplicada a pontuação relativa seguinte:

$$B = 3 \times \frac{CTP_{min}}{CTP_{oper}}$$

Em que:

CTP_{oper}: corresponde ao quociente entre o custo total de investimento proposto e a poupança anual de energia (em custos evitados) resultante da redução do consumo de energia especificado na candidatura.

CTP_{min}: corresponde ao quociente entre o menor valor de custo total de investimento proposto e a poupança anual de energia (em custos evitados) resultante da redução do consumo de energia especificado em todas as candidaturas elegíveis.